

ADITIVO n. 01 ao CONTRATO nº 069/2019 (DJG), assinado em 13 de Junho de 2019 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e o escritório VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS, na forma abaixo:

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e o escritório VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS, já qualificados no contrato original ora aditado, neste ato por meio de seus administradores ao final assinados, celebram entre si, de comum acordo, o presente **ADITIVO**, tendo em vista o disposto no processo administrativo nº. E-07/100.281/2019, notadamente a deliberação da Reunião de Diretoria do dia 21/05/2020, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente instrumento a retificação do regime jurídico aplicável ao Contrato nº 069/2019 (DJG), relativo à **"CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL"**, que passará a ser regido pela Lei 8.666/93 e pelas disposições contidas na minuta contratual anexa ao presente instrumento, que constou do edital da Concorrência Nacional 204/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificados todos os atos praticados anteriormente sob a égide da Lei 13.303/2016, no presente contrato; passando a valer, a partir da publicação deste aditivo, as cláusulas e condições previstas na minuta contratual anexa no que diferir do disposto no contrato assinado pelas partes em 13 de junho de 2019.

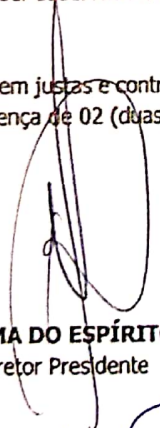
CLÁUSULA TERCEIRA: As alterações ora produzidas não acarretarão modificação no prazo ou no valor da contratação, que são ratificadas pelas partes.

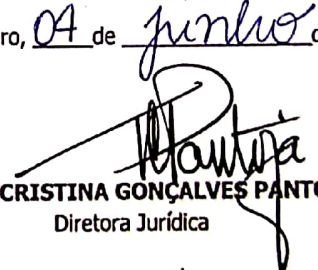
CLÁUSULA QUARTA: Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2020.

Pela CEDAE:


RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
Diretor Presidente


TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA
Diretora Jurídica

Pela CONTRATADA:


ANDRÉ SOUZA DE CARVALHO
Administrador


LUIZ GUILHERME MORAES REGO MIGLIORA
Administrador

Testemunhas:

1) Nome

2) Nome

Ref. Ad-VEIRANO-01-069-2019-alteração-regime-jurídico-contratação-VBO

ANEXO

CONTRATO CEDAE N.º _____ /15 (____)
que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE**
ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE - e o Escritório
_____.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. _____, e Diretor Administrativo - Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. _____, doravante denominada **CEDAE**, e o Escritório _____, localizado (endereço) _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Contencioso Tributário, Fiscal e de Defesa em Penalidades, nas Áreas Administrativa e Judicial, fundamento no processo administrativo nº E-17/100.129/2014, tendo justo e contratado o seguinte, que se regerá pela Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei 8.883/94 e da Lei 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287 de 04/12/79, assim como pelo Decreto 3.149 de 28/04/80, pela Legislação pertinente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Concorrência Nacional - CN nº 204/2014, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de _____, prorrogável até 60 meses, contado a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial, sendo que as obrigações dele decorrentes, ainda remanescentes, só se extinguirão efetivamente com o trânsito em julgado e o encerramento de todos os processos patrocinados pelo Escritório, exceto nos casos de extinção do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- I- Realizar os pagamentos devidos ao escritório contratado, nas condições estabelecidas no contrato, ou ainda, reembolsar o contratado pelas despesas efetuadas com custas e emolumentos;
- II- Fornecer ao contratado documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução dos serviços; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto da licitação nas formas definidas;
- III- Fornecer, sempre que deles dispuser, os elementos solicitados pelo Escritório, referentes aos argumentos de defesa de seus direitos.

- IV- Quando os serviços forem prestados fora do Estado do Rio de Janeiro, fornecer passagens, estadia e diária, de acordo com as normas da **CEDAE**, ou optar ressarcir essas despesas ao Escritório contratado, mediante a aprovação prévia dos gastos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I- Conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- II- Promover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- III- Possuir estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato;
- IV- Prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ele imputáveis;
- V- Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- VI- Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- VII- Articular-se, no primeiro mês do contrato, quando for o caso, com o anterior prestador de serviços, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços;
- VIII- Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a **CEDAE**, salvo com autorização expressa e por escrito da mesma;
- IX- Solicitar à **CEDAE**, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;
- X- Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do presente contrato;
- XI- Designar, para a condução de cada processo, pelo menos um dos integrantes da equipe técnica indicada para a execução dos serviços;
- XII- Somente atender às recomendações de natureza técnica ou geral emanadas da **CEDAE**;
- XIII- Não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com a **CEDAE**;
- XIV- Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da **CEDAE**, sob seus cuidados profissionais;

XV- Apresentar, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de acompanhamento dos processos entregues ao seu patrocínio, contendo os dados considerados na **Resolução PGE nº 1.965/04**, anexado a este relatório cópia das principais peças acostadas aos autos pelas partes, quando for o caso;

XVI- Disponibilizar o relatório aludido no item anterior por meio de impressos, disquetes, e-mail ou através de qualquer outro meio informatizado, conforme solicitado pela **CEDAE**;

XVII- Independentemente do relatório solicitado no item XV desta Cláusula, a CEDAE poderá solicitar a apresentação de relatório(s) circunstanciado(s) do(s) processo(s), em trâmite ou já encerrado(s), bem como nota(s) técnica(s) com juízo de valor, relativamente às causas sob seu patrocínio, na forma que indicar e no prazo que fixar;

XVIII- Informar no recebimento da causa e sempre que solicitado, previsão do valor que montará uma eventual condenação total e estimativa de risco dentro do parâmetro: remoto, possível, provável;

XIX- Fornecer as informações processuais para que a CEDAE mantenha o seu sistema de dados atualizado;

XX- Responder, juntamente com os seus sócios e integrantes não sócios, solidária e ilimitadamente, pelos danos causados à CEDAE por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;

XXI- Utilizar todos os recursos, ações e requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos da CEDAE, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a CEDAE autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos;

XXII- Cumprir fielmente o contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição;

XXIII- Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

XXIV- Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;

XXV- Assumir inteira responsabilidade cível e administrativa por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados e prepostos, durante a execução do contrato;

XXVI- Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela CEDAE, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio, sem prejuízo do disposto no item XV desta Cláusula (relatório);

XXVII- Arcar com todos os custos relacionados com o seu pessoal, necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados;

XXVIII- Solicitar à **CEDAE**, por intermédio do Gestor do Contrato, autorização expressa e prévia, por escrito, para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos bem como quaisquer decisões que possam dar termo ao processo;

XXIX- Propor, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da documentação pertinente, as ações judiciais solicitadas pela **CEDAE**, salvo manifestação expressa da **CEDAE** em sentido contrário, e exceto nos casos em que esteja na iminência de ocorrer prescrição, decadência ou perda de outro direito ou benefício, hipóteses em que tais ações deverão ser propostas imediatamente.

Parágrafo Primeiro: Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quarto: Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos e supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sexto: Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE).

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** dos itens referentes aos fornecimentos de materiais, se for o caso, emitidas por seus respectivos fornecedores, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado no endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br.

Parágrafo Oitavo: Todos os arquivos de NF-e oriundos de fornecedor (arquivo XML) deverão ser enviados para o e-mail nfe@cedae.com.br.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificados: Programa de Trabalho: _____; Código Orçamentário Nº _____; Fonte de Recursos: _____; Conta Contábil: _____; Centro de Custo: _____; ID da Reserva Orçamentária: _____.

Parágrafo Único – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

- I- Valor unitário por processo é de R\$ _____ (_____):
- II- O valor global estimado do contrato é de até R\$ _____ (_____) por ano, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, sendo:
- a) O valor de até R\$ _____ (_____) por ano, relativos aos honorários;

Parágrafo Primeiro: O preço dos honorários estabelecidos no caput da cláusula nona, além da remuneração pelos serviços contratados inclui:

- a) A interposição de embargos de declaração, apresentação de todas as modalidades de defesa, inclusive através de embargos à execução; atuação em medidas cautelares e em mandados de segurança conexos à ação sob o patrocínio do **Escritório**;
- b) A atuação em ações declaratórias incidentais e outros incidentes processuais que estejam vinculados diretamente ao processo entregue ao patrocínio do **Escritório**;
- c) A interposição de Agravo(s) de Instrumento em recursos, quando cabível(is);
- d) Todas as despesas necessárias ao regular patrocínio do aludido processo, incluindo-se aí as despesas de reprografia inerentes ao processo, as despesas de transporte dentro do Estado do Rio de Janeiro e os custos operacionais do Escritório, tais como, telefone, fax, internet, serviços de recorte de publicação, correio, malote, etc;
- e) As despesas de envio de documentos aos locais indicados pela **CEDAE**.

Parágrafo Segundo: No valor ajustado no caput desta Cláusula, estão incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciários e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste contrato.

Parágrafo Terceiro: Os processos cautelares, dada sua acessoriedade, serão remunerados de forma autônoma apenas quando e enquanto estiverem tramitando sem a existência do processo principal, ou perante órgão judiciário distinto deste último. Caso contrário, a remuneração destes processos estará incluída na remuneração do processo principal.

Parágrafo Quarto: O escritório contratado terá direito aos honorários de sucumbência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo – Só será admitida cessão ou subcontratação nos serviços contratados, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo – A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais

oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND) e a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou as respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto: A ausência de apresentação dos documentos mencionados no parágrafo terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 12 (doze) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA**, informada no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VI do edital, via Banco Bradesco.

Parágrafo Primeiro: No caso da **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade da contratada, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela contratada.

Parágrafo Segundo: Pela prestação dos serviços a **CEDAE** pagará mensalmente ao Escritório um valor total certo e ajustado por processo tributário entregue ao seu patrocínio. Os honorários devidos ao **Escritório** equivalerão à multiplicação do valor unitário pelo número de processos patrocinados no mês.

- a) Os pagamentos devidos pela CEDAE à CONTRATADA somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art.90, §3º, da Lei nº287/79.
- b) As faturas deverão ser precedidas da apresentação dos relatórios correspondentes aos processos patrocinados.

Parágrafo Terceiro: O pagamento da faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela CEDAE no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Parágrafo Quarto: A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), da Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto: Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Terceiro e Quarto, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Sexto: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA fica obrigada a apresentar **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** dos itens referentes aos fornecimentos de materiais, se for o caso, emitidas por seus respectivos fornecedores, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado no endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br.

Parágrafo Nono: Todos os arquivos de NF-e oriundos de fornecedor (arquivo XML) deverão ser enviados para o e-mail nfe@cedae.com.br.

Parágrafo Décimo: Caso a CEDAE seja litisconsorte passivo na questão, o **Escritório** se compromete a requerer preliminarmente, sempre que cabível, a exclusão do mesmo da lide.

Parágrafo Décimo Primeiro: Serão ressarcidas as despesas de transporte, viagem e hospedagem, fora do Estado do Rio de Janeiro, que, caso necessárias, deverão ser previamente aprovadas pela CEDAE, em formulário próprio.

Parágrafo Décimo Segundo: Qualquer despesa feita sem autorização prévia e expressa da CEDAE não será ressarcida.

hA-

P

Parágrafo Décimo Terceiro: O Escritório deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, as despesas necessárias ao pagamento de taxas, custas judiciais e depósitos recursais relativos aos processos por ele patrocinados.

Inciso I – A solicitação deverá ser encaminhada a CEDAE através de sua Assessoria Jurídica, que providenciará o recolhimento devido e a devolução do comprovante ao Escritório em prazo hábil para a prática do ato processual.

Inciso II – Não havendo comunicação das despesas no prazo supra referido, o Escritório se obrigará ao seu pagamento com recursos próprios, que serão reembolsados pela CEDAE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do pedido de reembolso acompanhado da cópia das respectivas despesas realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CEDAE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total dos serviços, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro: A rescisão de que tratam os Arts. 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, Inciso I) sem que caiba à CONTRATADA, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto: Não havendo culpa da CONTRATADA para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com órgãos de qualquer esfera da Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Segundo: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput, serão impostas pelo Sr. Presidente da CEDAE, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, prevista na alínea "c", do caput, será imposta pelo Sr. Presidente da CEDAE, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Obras.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", do caput, é de competência exclusiva do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Obras.

Parágrafo Terceiro: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

Parágrafo Quarto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE, prevista na alínea "c", do caput:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Quinto: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com órgãos de qualquer esfera da Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sexto: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CEDAE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Sétimo: Se o valor das multas previstas na alínea "b", caput e do parágrafo sexto, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor de eventual garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Nono: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do Item 20.1

- c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo: Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida nos parágrafos terceiro e quarto da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Primeiro: Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CEDAE e o Escritório têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do Contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante Repactuação ou Revisão de Preços.

Parágrafo Primeiro: A Repactuação de Preços poderá ser requerida pelo Escritório, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, Anexo I do Edital, ou data da última Repactuação, observando-se que:

I- A Repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, tendo como parâmetros básicos a qualidade dos serviços e os preços vigentes no mercado para os aludidos custos;

II- É vedada a utilização de índice geral ou setorial como indexador dos custos que compõe o preço do Contrato.

III- O Escritório deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e do momento do pedido de Repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global então vigente.

IV- Deverão ser apresentados os documentos comprobatórios do aumento de custo, tais como, acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, notas fiscais e informações do mercado;

V- A Repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo do Contrato que tenham sofrido variação no período, desde que haja demonstração analítica dessa variação, devidamente justificada;

VI- A Repactuação deverá ser autorizada pela autoridade competente da CEDAE, após exame dos atos e documentos comprobatórios que a motivaram.

VII- Como índice de reajuste de preços será adotado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, tendo como data base o mês de referência da Estimativa Orçamentária. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \frac{[I - Io]}{Io}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

P_0 = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês do reajustamento

I_0 = IGPM correspondente ao mês de referência da proposta de preços da contratada.

Parágrafo Segundo: Independentemente de solicitação, a CEDAE poderá convocar o **Escritório** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

Parágrafo Terceiro: As alterações decorrentes de Repactuações serão formalizadas por meio de Instrumentos de Aditivos Contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da CEDAE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante CEDAE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços ora contratados o Sr. _____, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Concorrência Nacional - CN nº 204/2014 – ASS-8-DP (Processo E-17/100.129/2014) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, de de 2015.

Pela **CEDAE**:

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

(representante)

TESTEMUNHAS:

Ref. - _____-CN-204-2014-

UP

LN
a

AVISOS

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES DIVULGA a Ata Interna de Habilitação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA ALC Nº 003/2020, referente à contratação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária para Implantação de Obras de OAC's: Sinalização Horizontal e Vertical, Projeto de Geotecnia e Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e do revestimento de pontal, na rodovia RJ-182, Trecho entre a RJ-178 (Carapibus) e RJ-145 (Santa Maria Madalena) - Extensão 70km, Processo nº E-16/002/008.945/2019, no site <http://www.der.rj.gov.br/licitação>.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES DIVULGA a Ata Interna de Habilitação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA ALC Nº 003/2020, referente à contratação de Serviços Técnicos especializados visando à elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária para Implantação de Obras de OAC's: Sinalização Horizontal e Vertical, Projeto de Geotecnia e Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e do revestimento de pontal, na rodovia RJ-182, Trecho entre a RJ-178 (Carapibus) e RJ-145 (Santa Maria Madalena) - Extensão 70km, Processo nº E-16/002/008.945/2019, no site <http://www.der.rj.gov.br/licitação>.

M: 2253043

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

A 1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO comunica aos interessados que será realizado no site www.compras.rj.gov.br, sob o número abaixo indicado, o pregão eletrônico especificado.

PE 0004 - Contratação de Seguro Patrimonial contra perdas e danos para os objetos históricos e obras de arte, localizados nos Palácio Guanabara, Palácio das Laranjeiras e Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, conforme Termo de Referência (Anexo 1).

PROC. Nº SEI-12/01/010297/2019 - Abertura: 23/06/2020 às 10:00 horas.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante o pagamento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Prédio Anexo, 2º andar, Divisão de Compras, Rio de Janeiro/RJ. Mais informações através dos telefones (21) 2334-3185/3162.

M: 2254927

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 069/2019 (DJG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS.
OBJETO: Retificação do regime jurídico aplicável ao Contrato nº 069/2019 (DJG), relativo à "CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, FISCAL E DE DEFESA EM PENALIDADES, NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL", que passará a ser regido pela Lei nº 8.666/93 e pelas disposições contidas na minuta contratual anexa ao presente instrumento, que constitui o edital da Concorrência Nacional nº 204/2014.
PRAZO: Sem alteração do prazo.
VALOR TOTAL: Sem alteração do valor.
DATA DE ASSINATURA: 04/06/2020.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.281/2019 (Concorrência Nacional - CN nº 204/2014).

M: 2255046

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

OS CONTRIBUÍNTES, abaixo, ficam notificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50 % (concorrente por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.
Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 64/2020

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.12 - 01 NIANGAPI
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itailândia - RJ

ABLE CORP EIRELI
CNPJ 11.063.934/0001-99 - Processo nº E-04/211/025458/2019
Auto de Infração nº 03.607540-6, de 30/12/2019
Valor reclamado: R\$ 26.460,04.

ADJ TRANSPORTES LTDA
CNPJ 11.874.063/0001-93 - Processo nº E-04/211/025483/2019
Auto de Infração nº 03.608140-4, de 30/12/2019
Valor reclamado: R\$ 3.513,49.

E S AGUIAR TRANSPORTES LTDA
CNPJ 8.998.265/0001-33 - Processo nº E-04/211/025552/2019
Auto de Infração nº 03.608008-3, de 29/12/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

IS TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
CNPJ 17.320.838/0002-46 - Processo nº E-04/211/025487/2019
Auto de Infração nº 03.608141-2, de 30/12/2019
Valor reclamado: R\$ 295.444,78.

RAPIDO MINEIRO LTDA
CNPJ 28.350.049/0004-38 - Processo nº E-04/211/025449/2019
Auto de Infração nº 03.608135-4, de 30/12/2019
Valor reclamado: R\$ 3.749,84.

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN
Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod. BR 040 Km 6,5) Comendador Levi
Gasparian, RJ CEP 25870-000

GAZIN ATACADO CENTRO-OESTE LTDA
CNPJ 22.962.737/0001-28 - Processo nº E-04/211/000128/2020
Auto de Infração nº 03.608041-4, de 04/01/2020
Valor reclamado: R\$ 4.864,99.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

O CONTRIBUÍTE, abaixo, fica notificado da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes, a qual recusou total ou parcialmente os recursos interpostos, mantendo a exigência total ou parcial do crédito tributário reclamado no auto de infração respectivo.
O pagamento do crédito tributário reclamado deverá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias desta ciência, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. Neste prazo cabe a redução de 10 % (dez por cento) do valor da multa.
O não pagamento ou recurso implica a imediata inscrição em dívida ativa e execução judicial do débito.
O processo administrativo respectivo encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 65/2020

REPARTIÇÃO FISCAL
AFE - 00.07 - SUPERMERCADOS E LOJAS DEPARTAMENTO
Avn. Presidente Vargas 670/ 2º Andar Centro - CEP 20.071.001, Rio de Janeiro - RJ

RICARDO ELETRO ATACADO LTDA
Inscrição Estadual 78.737.395 - Processo nº E-04/04/000807/2017
Auto de Infração nº 03.506612-5, de 21/07/2017
Valor reclamado: R\$ 597.119,02.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

O CONTRIBUÍTE, abaixo, fica notificado do cancelamento do auto de infração respectivo, conforme decisão de julgamento administrativo.
O processo administrativo respectivo encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 66/2020

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.13 - 02 MORO DO COCO
Funcionando Em Local Providório

PUIG BRASIL COMERCIALIZADORA DE PERFUMES LTDA
CNPJ 04.177.443/0005-37 - Processo nº E-04/034/004433/2018
Auto de Infração nº 03.566326-9, de 03/06/2018

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

O CONTRIBUÍTE, abaixo, fica notificado da anulação de decisão de instância inferior, no julgamento do recurso interposto àquela decisão e informado de que o processo retornará ao órgão responsável pelo julgamento anulado para novo pronunciamento.
O processo administrativo respectivo encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 67/2020

REPARTIÇÃO FISCAL
AFR - 64.15 - BARRA DA TIJUCA
Av. Ayrton Senna, 2001 - Sala 58 Barra da Tijuca - CEP 22775-000
Rio de Janeiro - RJ

PRAPEL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA
Inscrição Estadual 79.023.507 - Processo nº E-04/007/004068/2016
Auto de Infração nº 03.511857-9, de 19/10/2016
Valor reclamado: R\$ 4.503,45.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

Nos termos da legislação vigente, por não ter sido conhecida por intempestividade a impugnação apresentada, o contribuinte, abaixo, fica intimado a recolher o crédito tributário abaixo discriminado no prazo de 30 (trinta) dias desta ciência, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. Neste prazo cabe a redução de 20 % (vinte por cento) do valor da multa.
No prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data da ciência deste documento, o contribuinte poderá apresentar recurso ao Conselho de Contribuintes.
O não pagamento ou recurso implica a imediata inscrição em dívida ativa e execução judicial do débito.
O processo administrativo respectivo encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 68/2020

REPARTIÇÃO FISCAL
PCF - 99.12 - 01 NIANGAPI
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itailândia - RJ

CEREPE COM DE BEBIDAS LTDA
CPF - Processo nº E-04/000167164/1999
Auto de Infração nº 02.001057-6, de 27/04/1999
Valor reclamado: R\$ 13.438,70.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS
DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E
METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 02/2019. PARTES: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - ARSAP e a Empresa LINEX Serviços e Logísticas EIRELI EPP. OBJETO: Prolongamento do prazo de vigência do contrato por mais 03 (três) meses. VALOR TOTAL: R\$ 49.594,00 (quarenta e nove mil quinhentos e noventa e seis reais). DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº SEI-22/009/000929/2020.

M: 2254675

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, designada através da Resolução SEINFRA nº 12, de 07 de agosto de 2019, torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 002/2020/SEINFRA.

PROCESSO Nº SEI-17/052/000918/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de 01(um) veículo blindado nível A - III, sem motorista e sem combustível, categoria RP - 02, pelo período de 12 meses, sobpostos diários, nos Anos 1 - Termo de Referência e 2 - Proposta.

VALOR ESTIMADO: R\$ 138.711,43.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Unitário.

DATA: 25/06/2020.

HORÁRIO: 10:15h.

LOCAL: www.compras.rj.gov.br. O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida via impressa, Campos da São Cristóvão, 1395º andar São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, telefone: (21) 2517-4902, ramal 4578, nos dias úteis, no horário de 10:00h às 16:00h, mediante a apresentação do carimbo de CNPJ da empresa e uma soma de papel A4.

M: 2254994

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 176/2020-FUSPOM. PARTES: SEPM e a empresa ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ 00.318.797/0001-00.

OBJETO: Aquisição de medicamentos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

VALOR TOTAL: R\$ 134.700,00 (cento e trinta e quatro mil e setecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 05/06/2020.

GESTORA DO CONTRATO: CAP PM DENT RG 75.852 SIMONE GONÇALVES BARBOZA E TEN PM NUT RG 104.892 ANDREZA FRAUCHES COSTA.

FISCAL DO CONTRATO: MAJ PM RG 76.908 HERON COREL DE OLIVEIRA E TEN CEL PM FARM RG 56.516 ANA PAULA BARROSO HOFER.

FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº E-09/106/296/2017.

M: 2254949

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 07/2020. FUNDAMENTO: Pregão eletrônico 12/2020 - Processo nº SEI-27/132/000957/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa BIOSINTESE HOSPITALAR LTDA (vencedora do Lote 01).

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Cirurgia Ortopédica para as necessidades do Hospital Central Arstarcho Pessoa - CBMERJ.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.520,86 para o item 1.1, R\$ 2.058,23 para o item 1.2, R\$ 6.810,73 para o item 1.3 e R\$ 4.179,40 para o item 1.4.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

M: 2254825

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo de Contrato nº 82/2019. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDUSTRIA E COMÉRCIO DO BRASIL LTDA.

OBJETO: Alteração quantitativa do Contrato nº 82/2019 em aproximadamente 18,67% (dezoito e seis por cento) e sete centavos por cento) relativo à prestação de serviços de manutenção de 3º nível com fornecimento de peças, locação de componentes, manufatura periódica e calandras dos motores de 07 (sete) aeronaves do tipo helicóptero: PP-ECE: AS 350 BA, PP-AMH: AS 350 B2, PP-AMH: AS 350 B2, PP-PMH: AS 350 B2, PP-OBH: AS 350 B3, PP-SES: AS 350 NP e PP-SRJ: AS 350 B3e.

VIGÊNCIA: A contar da publicação no DOERJ.

VALOR TOTAL: Da-se ao termo aditivo o valor de R\$ 410.852,37 (quatrocentos e dez mil novecentos e cinquenta e nove reais e sete centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 2.878.115,33 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil e cento e cinquenta e nove reais e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-27/114/000123/2020.

M: 2254944

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TIPO DE CERVEJA E OLICOMINATO
DATA DE ABERTURA: 24/06/2020, às 14h30min.
DATA ETAPA DE LANCES: 24/06/2020, às 14h.
PROCESSO Nº SEI-27/113/000173/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME
DATA DE ABERTURA: 24/06/2020, às 08h30min.
DATA ETAPA DE LANCES: 24/06/2020, às 08h.
PROCESSO Nº SEI-27/113/000123/2019

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.compras.rj.gov.br, podendo ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação e Contratos (CLAF/SEDEC), sob a Praça da República, nº 45 - Centro - RJ, de 2ª a 6ª hora, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª hora, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelo Tel. (21) 2333-3364/2333-3368 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cobmerj.rj.gov.br.

M: 2254944

DIGA NÃO
AS DROGAS